

Catarina Sarmento e Castro,

Secretária de Estado de Recursos Humanos e Antigos Combatentes

**Intervenção da Secretária de Estado de Recursos Humanos e Antigos Combatentes, Catarina Sarmento e Castro, no âmbito da Cerimónia de Entrega do 26º Prémio Defesa Nacional e Ambiente**

Escola Naval, Almada, 08 de outubro de 2020

A parceria entre a Defesa Nacional e o Ambiente é já longa e podemos até dizer que se tem aprofundado significativamente nos últimos anos. O Prémio Defesa Nacional e Ambiente data de 1993, tendo sido pioneiro na Administração Direta do Estado. De igual forma, a adoção de uma primeira Diretiva Ambiental da Defesa, em 2011, que revimos e atualizámos no início deste ano, são sinais inequívocos da atenção que estas matérias têm merecido desde há muito pela Defesa Nacional. Admito que a ligação entre o Ambiente e a Defesa não seja evidente, mas creio que partilhamos a atenção à defesa da vida e a uma cultura de antecipação e resposta a riscos e ameaças futuras.

Mais, com base na legislação que atribui às Forças Armadas missões e responsabilidades em áreas relacionadas com a proteção do ambiente e dos recursos naturais, foi desenvolvida uma componente de prevenção e fiscalização do ambiente, através da execução de missões específicas, que se constituem

num eixo autónomo de intervenção. Aqui se destacam, entre outros, a participação em atividades de combate à poluição marítima; o apoio na vigilância, no controlo e no combate a incêndios rurais; a vigilância com meios navais e aéreos no controlo das atividades de pesca abusiva e deteção de poluição; ou a fiscalização do cumprimento das medidas de proteção dos diversos parques e reservas naturais tuteladas, que integram áreas no espaço marítimo/hídrico.

A candidatura vencedora da vigésima sexta edição do Prémio Defesa Nacional e Ambiente alinha-se com estas prioridades. O trabalho desenvolvido pela Autoridade Marítima e a sua Direção de Faróis nas Ilhas Selvagens ilustra bem esta parceria entre Defesa e Ambiente, e tem a dupla virtualidade de representar um contributo para a preservação de uma reserva natural de extraordinário valor, mas também um exercício efetivo da soberania nacional sobre um dos territórios mais remotos do

nosso país, em linha com os princípios da sustentabilidade e do respeito pelo equilíbrio dos ecossistemas em que atuamos.

A redução da pegada ambiental das atividades da defesa é uma prioridade da nova Diretiva Ambiental da Defesa Nacional e do seu Plano de Ação Ambiental, onde a Economia Circular e a eficiência energética são elementos estruturantes. É esta linha, aliás, que justifica a menção honrosa atribuída à Base Aérea n.6, pelo trabalho transversal que tem desenvolvido de mudança de práticas e comportamentos em matéria ambiental.

E esta tem sido também a linha de ação do Ministério da Defesa Nacional, em particular da sua Direção-geral de Recursos. É, por isso, com grande satisfação que vemos esta área de atividade crescer, em apoio direto aos ramos das Forças Armadas e às restantes estruturas do Ministério. Podem contar com o Ministro

da Defesa Nacional para continuar a trilhar este caminho que muito nos orgulha.

E orgulha-nos porque nos coloca no trajeto certo. É um trajeto de redução de impactos, mas de salvaguarda da capacidade operacional das nossas Forças Armadas. É um trajeto de aposta na chamada Defesa Verde que concorre para a modernização tecnológica das Forças Armadas e para um desenvolvimento de capacidades que integre as alterações climáticas como premissa fundamental e global, no plano interno e no plano externo. É um trajeto que aumenta a autonomia e resiliência das Forças Armadas, ao mesmo tempo que contribuímos para o esforço global para lidar com esta crise climática.

Isso mesmo deverá ser refletido na Lei de Programação Militar, na participação nacional da Cooperação Estruturada Permanente de

União Europeia em matéria de Defesa e no desenvolvimento da Base Tecnológica e Industrial de Defesa, assegurando que a revolução tecnológica 4.0 na defesa é uma revolução verde.

Mas este é, e deve ser também, um trajeto assente numa análise estratégica e operacional onde as preocupações em torno das alterações climáticas devem ser tidas em conta. As áreas de tensão e conflito onde Portugal está hoje empenhado são particularmente afetadas pelos impactos ambientais, como é o caso no Sahel ou no Corno de África. Devemos, ao nível nacional, mas também ao nível europeu, da Aliança Atlântica e da CPLP, fazer, dos impactos negativos criados das alterações climáticas, uma linha de reflexão sobre a ligação entre desenvolvimento e conflito armado, com a participação do conjunto das áreas relevantes do Estado, da sociedade civil e, fora de portas, com os nossos aliados e parceiros.

Essa preocupação é visível nas prioridades da próxima presidência portuguesa da UE, e em linha com as grandes prioridades da Comissão Europeia e a agenda do governo português, nomeadamente no âmbito do Roteiro para a Neutralidade Carbónica. No âmbito das atividades da Presidência seremos anfitriões, em junho de 2021, do Fórum de Consulta para a Sustentabilidade Energética no Sector da Defesa e Segurança, da Agência Europeia de Defesa, que é hoje um parceiro fundamental em matérias ambientais na Defesa.

Estamos, efetivamente, a viver, um momento crucial, ainda a viver uma pandemia à escala global, que nos deverá sensibilizar para a necessidade de soluções cooperativas, soluções que respeitem o nosso habitat e que simultaneamente concorram para tornar a nossa sociedade mais resiliente face a emergências complexas.

Minhas senhoras e meus senhores,

A atribuição deste prémio visa estimular, dar a conhecer e premiar boas práticas que reduzam a pegada ambiental da defesa. O número de candidaturas e os muitos galardoados ao longo destas 26 edições mostram que esta é já uma preocupação transversal à nossa atividade. O empenho em assegurar certificações energéticas internacionais e em implementar Acordos de Normalização NATO de cariz ambiental são demonstrativos desse empenho. A integração da gestão ambiental no treino militar, utilizando novas tecnologias, com o objetivo de melhorar a qualidade ambiental das áreas de treino, através da partilha de informação técnica, de novos métodos de treino e de gestão, de acordo com as normas e procedimentos nacionais, da NATO e da UE, tem também tido um papel fundamental.



Faço votos para que este caminho de reflexão estratégica, adaptação operacional e aposta na modernização continue e para que a Defesa Nacional permaneça, também nestas matérias, uma referência para a restante sociedade portuguesa e para os nossos parceiros.

Parabéns aos galardoados, parabéns a Portugal!

Muito obrigado.